

de quem parece não ter maiores compromissos com o futuro da nação brasileira. Estamos diante de fenômenos climáticos incluindo geadas e outros contrastes que vão certamente influir na próxima safra agrícola, de onde sai o sustento da população. E a inflação, tenho certeza marcará presença.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 3 de agosto de 2000, o Presidente Michel Temer autorizou a criação de Comissão Externa, nos termos do Regimento Interno desta Casa, para acompanhar os trabalhos de atendimento emergencial às vítimas da última tromba d'água que se abateu sobre a Região Metropolitana do Recife e região da Mata Sul do Estado de Pernambuco. Designado como Relator, iniciei ao lado dos companheiros da Comissão os trabalhos da relatoria, agora concluídos e que são transcritos abaixo, demonstrando o cumprimento da missão em prazo rápido e de forma eficiente e objetiva.

Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, instituída no dia 3 de agosto de 2000, com a finalidade de acompanhar o atendimento às vítimas das recentes enchentes em Pernambuco.

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento aos objetivos para que foi instituída, a Comissão manteve contatos diretos com as seguintes autoridades e instituições do Estado de Pernambuco:

Governo do Estado; Prefeitura do Recife; CODECIPE – Coordenadoria da Defesa Civil do Estado de Pernambuco; CODECIR – Coordenadoria da Defesa Civil do Recife; Assembléia Legislativa do Estado; Prefeituras da Região Metropolitana e da Mata Sul.

Desses contatos, alguns pontos consensuais foram estabelecidos pela Comissão, entre os quais:

a) recolhimento de dados oficiais sobre medidas emergências e de médio prazo para enfrentamento das dificuldades pelo Governo de Pernambuco, Prefeituras e Governo Federal;

b) ação política da Comissão e da bancada junto à Presidência da República, para a liberação de recursos necessários ao atendimento das populações atingidas;

c) inclusão no PLOA do subtítulo “Con-
tenção de Encostas na Região Metropolita-

na do Recife”. Esse subtítulo pode constar da ação 1845 — “Construção de Obras de Contenção de Enchentes,” constante do PPA 2000/2003;

d) diagnóstico de curto e médio prazos do ocorrido, com base no trabalho que já está sendo realizado pelo Governo do Estado (Secretaria de Planejamento) e Governo Federal (Secretaria Nacional de Defesa Civil).

e) recomendação de medidas ao Governo do Estado e às Prefeituras;

f) solicitação, ao BNDES, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Nordeste e ao Banco do Brasil, da abertura, em caráter emergencial, de linhas de crédito para médias, pequenas e microempresas atingidas pela catástrofe. Ainda, reivindicação junto ao BNDES de liberação de recursos de R\$ 10 milhões para a Prefeitura da Cidade de Recife, já por ela solicitados, com vistas à pavimentação de vias danificadas;

g) instituir através do Governo Federal Programa de Bolsa Emergência, possibilitando aos atingidos pela calamidade receber durante 90 dias 1 salário mínimo mensal. Esta medida ajudaria a evacuação dos abrigos propiciando maior liberdade aos desabrigados;

h) recomendar ao sistema de defesa civil a criação de abrigos permanentes em área de risco, evitando-se ocupação de Escolas;

i) recomendar ao Governo Federal e Estadual a elaboração urgente de Programa de Regularização de Rios da Mata Sul do Estado de Pernambuco.

Também foi consensual a percepção de que o trabalho da Comissão é essencialmente político, atuando como articuladora dos vários níveis de governo, não devendo interferir nas competências dos Executivos.

Por outro lado, ficou estabelecido que, até pela sua composição pluripartidária, a Comissão atuará de forma desvinculada de interesses partidários e distante das questões eleitorais.

2. O QUADRO DA SITUAÇÃO

Com base nas informações colhidas e na verificação in loco das ocorrências, a Comissão pôde apurar haver chovido, no período de 72 horas, entre os dias 30/7 e 1/8, na Região Metropolitana do Recife, cerca de

440mm, o que corresponde ao dobro da média histórica do mês de julho.

Entre os 14 Municípios que compõem essa Região, os mais atingidos, além da capital, foram os de Jaboatão dos Guararapes e Olinda, justamente os de maior densidade populacional, além de outros como Barreiros, Palmares, Rio Formoso, conforme se pode observar das informações em anexo, págs. 9 a 12.

De outra parte, pelo menos 27 outros Municípios, situados na Zona da Mata Sul do Estado, também sofreram consequências altamente danosas, no mesmo período, gerando um quadro de milhares de desabrigados, ameaças de surtos de epidemias, carências alimentares, interrupção das atividades econômicas e, ainda mais grave, vários óbitos, acidentes graves, em cenários dramáticos de fome e miséria. Estima-se em, pelo menos, 50 mortes, 5 centenas de acidentados e 50 mil desabrigados o conjunto geral da tragédia, até o momento, como se pode constatar dos dados constantes do material anexo, págs. 1 a 7.

3. PROVIDÊNCIAS IMPLEMENTADAS

Desde que se instalou o quadro de calamidade no Estado, vêm sendo implementadas, tanto pelo Governo do Estado quanto pelas Prefeituras dos Municípios atingidos, várias ações emergenciais.

É de se enfatizar que muitas dessas medidas já vinham sendo adotadas, tanto em caráter de urgência como em caráter de prevenção, por conta da perspectiva do rigoroso inverno que se prenunciava, à luz de informações dos serviços de meteorologia.

Mercê dessas providências, pode-se se afirmar que a tragédia assumiu proporções bem inferiores às registradas em ocorrências iguais observadas no passado. Isso, evidentemente, não significa tenham elas sido suficientes para impedir ou amenizar, de forma mais efetiva, os trágicos efeitos da enxurrada, o que se deve, em grande parte, à carência de meios materiais, técnicos e financeiros por parte do Governo do Estado e das Prefeituras.

Entre tais ações, destacam-se as seguintes:

- obras de contenção de morros e encostas;
- intensificação dos estudos sobre o ecossistema estadual;
- pavimentação de ruas, galerias, bem como a construção de obras de escoamento e de acesso às áreas mais elevadas, particularmente as que formam o cinturão de morros da cidade do Recife e de outros espaços urbanos próximos à capital;
- construção de novos canais e comportas nas áreas tradicionalmente atingidas pelas inundações, em particular nos períodos de marés altas.;
- simultaneamente, outras atividades, tais como assistência médica, fornecimento de cestas básicas e de vestuário, também já vinham sendo postas em prática, mesmo assim, dada a insuficiência de recursos antes mencionada, desproporcionais à dimensão das necessidades sociais, cada vez mais agravadas pelo processo migratório em direção aos centros urbanos e, especialmente, à Região Metropolitana.

4. AÇÕES AINDA NECESSÁRIAS

Além da aceleração e aprofundamento das atividades que já vinham sendo desenvolvidas, tanto as de caráter emergencial quanto preventivo, fazem-se imprescindíveis e urgentes muitas outras providências, algumas já mencionadas no item 1 deste relatório, abrangendo os vários níveis de Governo:

- prorrogação do pagamento de tributos, com base na decretação do estado de calamidade;
- concessão, pelo Governo da União, de empréstimos especiais a médias, pequenas e microempresas;
- fornecimento de material de construção civil, para a recuperação das edificações danificadas e/ou destruídas;
- ampliação do fornecimento de medicamentos e vestuário;
- melhoria tecnológica e dos recursos humanos para os serviços de meteorologia, no sentido de aumentar-lhes a eficiência,
- atualização e aprofundamento dos estudos já efetuados sobre a questão climática no Estado;
- construção de moradia para os habitantes das áreas de risco;

- agilização e ampliação das obras de escoamento de águas pluviais, especialmente canais e galerias;

- arborização dos morros e encostas do cinturão que contorna a cidade do Recife e áreas urbanas de sua vizinhança;

- aceleração e ampliação das obras de pavimentação de vias urbanas e estradas vicinais;

- deslocamento de populações das áreas que, historicamente, apresentam maior vulnerabilidade aos efeitos das chuvas, para espaços que ofereçam menores riscos, independentemente das fronteiras municipais;

- maior divulgação dos meios de planejamento familiar, em especial junto às populações mais carentes e, como tal, menos informadas sobre essa questão.

Evidentemente, as medidas aqui apresentadas abrangem curto, médio e longo prazos, bem como todas as instâncias de governo.

5. A REIVINDICAÇÃO JUNTO AO GOVERNO FEDERAL

Ao longo deste relatório, já foram listadas várias iniciativas, da alçada do Governo Federal, as quais, no juízo desta Comissão Externa, são indispensáveis diante da situação vivida, neste momento, pelo povo pernambucano. Mesmo assim, para efeito de maior objetividade e concretude, a Comissão avaliza a reivindicação do Governo do Estado, no sentido da liberação imediata, inclusive por via de medida provisória, da verba de R\$128.500.000,00 (cento e vinte e oito milhões e quinhentos mil reais).

Evidentemente, esse montante se vincula ao quadro como ele se apresenta até o momento, podendo haver necessidade de ampliação desse volume de recursos, caso a situação venha a sofrer maior agravamento.

Este, o nosso parecer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Almir Sá		
Robério Araújo	PPB	
Salomão Cruz	PL	PL/PSL
Presentes de Roraima : 3		
AMAPÁ		
Eduardo Seabra	PTB	
Evandro Milhomen	PSB	PSDB/PTB
Jurandir Juarez	PMDB	PSB/PCDOB
Presentes de Amapá : 3		
PARÁ		
Anivaldo Vale	PSDB	
Babá	PT	PSDB/PTB
Elcionê Barbalho	PMDB	
Gerson Peres	PPB	PMDB/PST/PTN
Nicias Ribeiro	PSDB	
Nilson Pinto	PSDB	PSDB/PTB
Paulo Rocha	PT	PSDB/PTB
Renildo Leal	PTB	
Vic Pires Franco	PFL	PSDB/PTB
Presentes de Pará : 9		
AMAZONAS		
Átila Lins	PFL	
Paüderney Avelino	PFL	
Silas Câmara	PTB	PSDB/PTB
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PSB/PCDOB
Presentes de Amazonas : 4		